

Revista Mídia e Cotidiano  
Artigo Seção Temática  
Volume 12, Número 1, abril 2018  
Submetido em: 06/03/2018  
Aprovado em: 28/04/2018

## O ANONIMATO NA POLÍTICA: um estudo de caso dos black bloc São Paulo e dos Anonymous Brasil<sup>1</sup>

### *THE ANONYMITY IN POLITICS: a case study of the black bloc São Paulo and the Anonymous Brasil*

Eduardo Yuji YAMAMOTO<sup>2</sup>; Guilherme de Freitas Vilas Boas GOMES<sup>3</sup>

#### Resumo:

O objetivo deste texto é refletir sobre o anonimato enquanto figura política capaz de reorganizar a estrutura de poder contemporânea tendo como referência a produção de imagens de dois grupos ativistas: *black blocs São Paulo* e *Anonymous Brasil*. O anonimato enquanto figura política é aqui definida como discursividade genérica e antigovernista que, no interior de uma multiplicidade, pode articular a dispersão e produzir um vetor de força contra-hegemônico. Por se tratar de um estudo preliminar e exploratório, utilizou-se a análise de conteúdo para compreender a extensão do anonimato nas produções visuais de cada grupo, bem como para identificar singularidades. Ao final, o texto especula sobre a possibilidade de uma nova composição de força nas condições históricas atuais.

**Palavras-chave:** Black Bloc; Anonymous; Biopolítica; Análise de Conteúdo

#### Abstract:

*The purpose of this text is to reflect about the anonymity as a political figure capable of reorganizing the contemporary power structure. For this, the study has as reference the production of images of two activist groups: black blocs São Paulo and Anonymous Brasil. The anonymity as a political figure is defined here as a generic and anti-government discursiveness that, within a multiplicity, can articulate the dispersion and producing a vector of counter-hegemonic force. Because it is a preliminary and exploratory study, the content analysis was used to understand the extent of anonymity in*

<sup>1</sup> Trabalho apresentado inicialmente no GP Comunicação para a Cidadania, XVII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Aqui revisto e editado

<sup>2</sup> Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/RJ). Mestre em Comunicação Midiática pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Bauru/SP). Graduação em Comunicação Social e Especialização em Comunicação Popular e Comunitária, ambas pela Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR). Tem experiência em rádio e TV (educativa e comunitária) e projetos de extensão universitária (com financiamento externo da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná). Atualmente é Professor Adjunto B da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO/PR), onde é também pesquisador atuando nos seguintes temas: experiências comunicacionais voltadas à prática da cidadania; sociabilidade; comunicação política e epistemologia da comunidade.

<sup>3</sup> Graduando do Curso de Comunicação Social – hab. Publicidade e Propaganda, Unicentro.

*the visual productions of each group, as well as to identify singularities. In the end, the text speculates on the possibility of a new composition of force in the current historical conditions.*

**Keywords:** *Black Bloc; Anonymous; Biopolitics; Content Analysis.*

## INTRODUÇÃO

Em primeiro de janeiro de 1994, uma imagem circulou o mundo notabilizando um modo de ação política caracterizado pelo anonimato de seus agentes. A imagem era do rosto encoberto do sub-comandante Marcos, porta-voz do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), um grupo de indígenas militarizados do México. Embora o anonimato não seja algo novo nas ações políticas nos espaços públicos, o evento trazido pelo EZLN pode ter inaugurado não somente uma série de características que hoje tem se tornado frequente nas atuais manifestações (a abertura às demandas minoritárias, uma organização descentralizada, a apropriação e o uso estratégico da comunicação em rede etc.), mas o gesto trazido por essa imagem – particularmente, o apagamento do rosto, da identidade, tornando difusa, genérica, impessoal, a sua motivação política – evidencia um aspecto importante da estrutura de governabilidade contemporânea: de um lado o poder constituído, de outro o corpo social (a população, a massa vivente, os seres governados...)

[...] por ocasião do grande comício do EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional), após a chegada da marcha Zapatista à capital do México, perguntaram ao subcomandante Marcos, em uma entrevista, qual seria o seu rosto. Ele respondeu que para conhecer o seu rosto bastava às pessoas se olharem no espelho. Perguntado, também, por que não estava no palanque do comício, Marcos respondeu que ele era apenas um subcomandante da EZLN e não um líder (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 261-262).

Considerando as condições históricas atuais, quais sejam, uma governabilidade baseada na representação e na gestão de crises, a multiplicidade de lutas por posições e narrativas individualizadas no interior do sistema político e a onipresença dos meios de comunicação na vida cotidiana<sup>4</sup>, a ação política anônima no espaço público constitui uma alternativa possível para uma reconfiguração da estrutura do poder contemporâneo. Essa premissa foi elaborada a partir de dois questionamentos-base que se conectam:

- 1) A condição para a hegemonia do poder constituído não estaria na fragmentação do corpo social, isto é, na ausência de um vetor de força contra-hegemônico forte o suficiente para instabilizar sua hegemonia e, portanto, produzir alguma movimentação, alguma mudança?

---

<sup>4</sup> Essas características foram deduzidas de Safatle (2016).

- 2) As manifestações de afirmação identitária (étnicas, sexuais, ambientais, partidárias etc.) não estão no cerne dessa fragmentação, logo, em sintonia com as condições desse poder, dessa hegemonia?

Para fazer frente a esse poder seria necessário um reconhecimento transversal por parte daqueles que estão sob seu ordenamento, ou seja, um vetor capaz de mobilizar essas fragmentações a partir de um elemento comum. O anonimato, do grego *ἀνωνυμία*, *anonymia*, por designar o sem-nome – mas também o inominável, portanto, o incapturável –, faz referência àquela força originária que pressupõe e mantém-se em cada nomeação (entificação), constituindo-se propriamente como aquele comum que atravessa as fraturas do corpo social podendo ser articulado em um vetor de força – uma articulação cuja intensidade variaria à medida que a ideia de corpo governável pudesse alcançar, nessa fragmentação, um amplo reconhecimento.

Se por um lado, essa definição afasta-nos do problema moral, antropológico, da “máscara digital”<sup>5</sup> – pois não se trata de um anonimato do sujeito enunciativo, mas da circulação de um sem-nome (um fluxo, uma força, um espectro...) –, por outro lado, avizinha-se de uma ontologia que traz o conflito, a entificação, como núcleo da política.

No Brasil, em meio aos protestos de 2013, a figura do anonimato retornou ao espaço público em grupos como os *black blocs*<sup>6</sup> e os *Anonymous*, suscitando a ação violenta do governo. No caso dos *black blocs*, a reação desproporcional da polícia talvez seja explicada não por aquilo eles representam enquanto ideologia ou causa política (nenhum conteúdo novo pode explicar a sua fascinação), mas pela sua capacidade de implicação genérica no corpo social fragmentado, motivado pelo gesto simples de esconder o rosto.

O estudo que este texto apresenta tem um caráter preliminar, experimental e exploratório. O objetivo é colher e sistematizar informações sobre grupos que, a princípio,

---

<sup>5</sup> Benedito (2003, p. 136) define máscara digital como “o uso de vários apelidos em programas de Internet, sendo cada um uma máscara da própria identidade”. As problemáticas do mascaramento digital são variadas, vão desde reflexões sobre a sociabilidade contemporânea às estratégias de se desvencilhar dos mecanismos da coleta de dados pessoais de programas como o *Facebook*. O anonimato que aqui é problematizado não se refere ao sujeito anônimo ou que busca um anonimato em plataformas, redes e programas digitais, mas sobre gestos impessoais (como cobrir o rosto), independentemente de quem o faz, que remetem a um elemento comum, transversal ou genérico, o qual, por sua vez, faz oposição aos sistemas de representação, identidade, nomeação etc.

<sup>6</sup> A escrita em caixa baixa (*black bloc*) refere-se à autodenominação de alguns integrantes e autores como Dupuis-Déri (2014) enquanto tática de ação política e não enquanto organização ou instituição social.

portam essa capacidade implicativa. É por essa razão que se optou pela análise de conteúdo: a ideia não é analisar os efeitos de sentido, de significado, os jogos de construção enunciativa em uma recepção empírica ou ideal, mas verificar a pertinência das premissas apresentadas e, a partir delas, compreender a dimensão do poder que sutura o nosso presente.

Os *black blocs* e os *Anonymous* despertaram a nossa atenção tanto porque apresentavam explicitamente o elemento do anonimato em suas aparições públicas, como porque traziam características incomuns em relação aos modelos tradicionais de organização e ação política, tais como a ausência de líderes, ataques instantâneos, imprevisíveis e difusos (*swarm attack*), a volatilidade de sua presença no espaço público, elementos que conduziam para um fora da política, isto é, da convencional aliança que estabiliza o sistema e interioriza as forças instituintes. Tais características são definidas por Antoun (2008) como sintomáticas das mudanças sociais ocorridas pelo advento das tecnologias de informação e comunicação no século XX as quais, a partir de um conjunto de interações técnicas, materiais e discursivas, relegaram uma configuração horizontal, fluida e heterogênea à *web*.

Para Castells, algumas dessas características podem ser explicadas também por uma espécie de frustração iluminista, uma percepção negativa do atual sistema político materializada na recusa desses agentes em participar de seus rituais: “[...] trata-se de movimentos sem liderança, não pela falta de líderes em potencial, mas pela profunda e espontânea desconfiança da maioria dos participantes do movimento em relação a qualquer forma de delegação de poder” (CASTELLS, 2013, p. 131).

Nos protestos de 2013, essa percepção negativa pôde ser observada tanto no desejo de transformação radical do sistema político por parte dos manifestantes, quanto na incapacidade deste mesmo sistema em absorver qualquer anseio do corpo social.

A postura que se explicitou no referido ano foi a antigovernista manifestada pelos *black blocs* e os *Anonymous* no desejo difuso de derrubada do sistema político como um todo ou como reivindicação genérica da massa vivente precarizada pela gestão governamental. É particularmente neste ponto que ambos convergem para uma transversalidade, uma causalidade comum (impessoal) em relação aos demais grupos e

movimentos sociais. Por exemplo, a participação nos protestos contra o aumento da passagem dos transportes públicos ou contra algumas empresas de comunicação (e não, por exemplo, em manifestações partidárias ou culturais) se deve ao fato da mobilidade, do usufruto da cidade e da informação constituírem bens comuns, que pertencem indiscriminadamente a todos (a reforma no sistema público de transporte não está na pauta dos *black blocs* como estaria em movimentos como o MPL, o Movimento Passe Livre, que possui um programa político, dentre os quais uma reivindicação genérica)<sup>7</sup>. Da mesma forma, os *Anonymous*, ao hackearem uma página de grandes organizações políticas e econômicas, ao vazarem documentos e contratos confidenciais do governo, não o fazem porque são de um partido oposicionista ou para obterem vantagens pessoais, mas para dar visibilidade a ações que lesam o patrimônio público ou os interesses da população, levando ao limite os princípios republicanos que presidem a administração pública e as decisões que afetam muitas pessoas em benefício de poucas.

Neste texto, procuramos refletir sobre o gesto político do encobrimento do rosto nos *black blocs* e nos *Anonymous* enquanto manifestação do anonimato na política. O objetivo é buscar um dissenso tanto em relação a seu caráter instrumental da máscara (proteção física), quanto moral, disseminada como ação covarde e apolítica (ausência de proposições institucionalizáveis). Nesse sentido, o rosto encoberto ou o uso de máscaras não é um mero instrumento para proteger os manifestantes de possíveis agressões policiais – em situações como os protestos de rua, em que se tornou frequente o uso de gás pimenta e bombas de gás lacrimogêneo – ou da violência de cidadãos comuns que os percebem (talvez pelos enquadramentos dos *media* noticiosos) como baderneiros, vândalos ou criminosos. Trata-se, na verdade, de um gesto impessoal, antigovernista, que revela o descontentamento multitudinário aprisionado em uma estrutura política que resiste à sua falência histórica através do controle (leia-se negociações, chantagens, conciliações, reformas, pressões etc.) sobre as representações políticas modernas (partidos, movimentos, comunidades etc.) O encobrimento do rosto, nesse sentido, constitui um gesto político radical na medida em que escapa deste controle, tanto quanto

---

<sup>7</sup> A forte adesão de manifestantes contra o aumento da passagem dos transportes públicos talvez tenha acontecido não pela conscientização ou leitura prévia do programa do MPL, mas por este elemento genérico.

reverbera indeterminadamente, abalando essas representações e energizando cada fragmento do corpo social com aquela força originária que precede sua entificação.

### ANONIMATO COMO FIGURA POLÍTICA

Para situar os *black blocs* e os *Anonymous* como enunciadores das condições políticas contemporânea foi necessário compreendê-los à luz de sua historicidade, isto é, do contexto técnico e social sobre as quais esses desenvolvem suas ações. Castells ofereceu-nos este contexto.

Em termos de gênese, [os novos] movimentos são amplamente espontâneos em sua origem, geralmente desencadeados por uma centelha de indignação, seja relacionada a um evento específico, seja a um acesso de aversão pelas ações dos governantes. Em todos os casos, têm origem num apelo a ação proveniente do espaço dos fluxos, que visa a criar uma comunidade instantânea de prática insurgente no espaço dos lugares. A fonte do apelo é menos relevante que o impacto da mensagem sobre receptores múltiplos e inespecíficos, cujas emoções se conectam a sua forma e a seu conteúdo. O poder das imagens é soberano (CASTELLS, 2013, pp. 130-131).

Tem-se aqui, portanto, elementos importantes para pensar a configuração das ações políticas atuais. Conforme observou Castells, o desenvolvimento e a expansão de redes técnicas informacionais pelo globo, a princípio para dinamizar o Capital, geraram um outro espaço de ação política onde os agentes implicados trabalham conforme a lógica sistêmica destes espaços: desenvolvendo textos de fácil e rápida assimilação (imagens), buscando viralizações de seus ideais e suas ações em uma razão política.

É por esses delineadores contextuais que a produção enunciativa dos *black blocs* e dos *Anonymous* pode ser compreendida. A proveniência de suas ações em “espaços fluxos” como a *web* e a produção de “comunidades instantâneas” e “insurgentes” geram uma interrogação não apenas sobre novos espaços de atuação política, mas sobre a ação política propriamente dita.

Como foi apresentado no início deste texto, a fragmentação do corpo social, no limite, possibilita a estabilidade da gestão governamental e, portanto, a hegemonia de uma força em relação a todas as outras. Nesse sentido, ações que falam em nome de um grupo, um partido ou uma comunidade, que tem a identidade ou a representação como limite de sua ação, não conduziram a um enfrentamento dessa estrutura, mas a uma acomodação no interior dessa gestão. A presença desses dois grupos – tomados aqui, a princípio, como

não-identitários, não-representativos – servem-nos como objetos (casos) para pensarmos essa questão: em primeiro lugar, nenhum deles se encaixa nessa estrutura; em segundo lugar, a emergência de ambos do interior das condições históricas atuais – material, tecnológico etc. – não deixa de colocar a identidade como problemática central da política moderna, ou seja, expor o conflito (e não a representação, a institucionalidade etc.) como a essência da política.

Como se verá a seguir, as imagens produzidas por esses dois grupos utilizam a figura do anônimo tanto para designarem uma ofensa sofrida por muitos, quanto para reivindicar uma ação contrária. Stencil, pichações, fotografias e vídeos dos protestos de rua são algumas das manifestações visuais dos *black blocs* e dos *Anonymous* que utilizam as redes sociais digitais (especialmente o *Facebook*) para dar visibilidade às ações arbitrárias do Estado e, ao mesmo tempo, legitimar suas respectivas presenças: a reivindicação por condições básicas de existência, de dignidade da vida humana.

Os movimentos são virais, seguindo a lógica das redes da internet. Isso se dá não apenas pelo caráter viral da difusão das mensagens em si, particularmente das imagens de mobilização, mas em função do efeito demonstração de movimentos que brotam por toda parte [...] Ver e ouvir protestos em algum outro lugar, mesmo que em contextos distantes e culturas diferentes, inspira a mobilização, porque desencadeia a esperança da possibilidade de mudança (CASTELLS, 2013, p. 131).

Para Dupuis-Déri (2014), *black bloc* é o nome que se dá a uma tática que consiste em estar unido em um protesto, vestir-se de preto e esconder o rosto para se proteger da violência do Estado materializado nas armas policiais (bomba, gás etc.) e nos sistemas de monitoramento e vigilância que se proliferaram vertiginosamente nos últimos anos. Segundo ele, essa tática tem sido utilizada em manifestações anarquistas<sup>8</sup> e anticapitalistas em diversos países. O autor explica que a união e a organização dos membros são maneiras fundamentais para combater as autoridades que tentam suprimir uma manifestação, assim como o posicionamento deles na linha de frente dos protestos visam proteger os outros manifestantes que não são, necessariamente, adeptos da tática.

---

<sup>8</sup> Embora o grupo tenha surgido no interior das manifestações anarquistas, como aponta Dupuis-Déri, e apresente igualmente traços deste movimento (autogestão, propriedade coletiva, liberdade individual etc.), optamos por não incluir estes princípios para nortear a observação dos *black blocs* Brasil. Primeiramente, porque o texto pareceria superficial se não entrasse no extenso debate que essa forma de vida implica, em segundo lugar, porque buscamos a singularidade histórica dos *black blocs* Brasil, sua autonomia enquanto evento político, e não a sua correspondência (ou comparação) com o anarquismo.



Ainda segundo Dupuis-Déri, os primeiros *black blocs* insurgiram na Europa na década de 1980, mais intensamente na Alemanha, tendo por objetivo proteger os movimentos de ocupação do ataque policial e de grupos de extrema-direita. Mas foi na década de 1990 que eles ganharam projeção mundial em diversos protestos, especialmente nos Estados Unidos, contra o Pentágono e contra a Guerra do Golfo.

Além da caracterização visual – o rosto encoberto e a roupa inteiramente preta – que Dupuis-Déri (2014, p. 40) atribui à tradição *anarcopunk*, com raízes históricas nos *Autonomen*, o movimento “autonomista” em Berlin Ocidental, os *black blocs* apresentam-se como coletividade distinta de outras organizações políticas, seja pela ação direta de seus participantes, seja pela ausência de formalidades.

[...] os Black Blocs atuam segundo princípios ligados à tradição política anarquista, como liberdade e igualdade. Esses princípios assumem a forma de procedimentos e práticas como assembleias gerais e estruturas horizontais sem hierarquia. Esse método resolve não apenas questões políticas, mas também questões morais. E pode ser muito eficaz durante a ação, possibilitando, em princípio, transformar uma multidão irracional em um ator político racional, consciente das suas ações e do significado de seus atos (*Ibid.*, pp. 64-65).

No Brasil, a primeira ação registrada dos *black blocs* foi durante a Ação Global dos Povos<sup>9</sup>, em 27 de setembro de 2000 (GLOBO, 2013). Mais recentemente, em 2013, tiveram participação ativa nos protestos contra o aumento da tarifa de ônibus (com maior visibilidade na cidade de São Paulo) e, em 2014, contra a realização da Copa do Mundo no Brasil. Sobretudo nestes dois últimos eventos, o *Facebook* foi utilizado como meio importante de comunicação do grupo.

Os *Anonymous*, assim como os *black blocs*, também tiveram participação ativa nestes dois eventos. Há alguns traços em comum entre eles como o fato de esconderem o rosto, conforme indicamos, além de promoverem ações coordenadas na *web* e de possuírem uma estrutura organizacional descentralizada e aberta.

Os *Anonymous* surgiram por volta do ano de 2003 e ficaram conhecidos pela atividade hackerativista colaborativa, liberando ao público informações sigilosas de governos e grandes organizações. Em relação aos movimentos sociais tradicionais, os *Anonymous* possuem algumas particularidades como o fato de concentrarem suas ações

---

<sup>9</sup> Também conhecido pela sigla AGP, a Ação Global dos Povos é um movimento social contra o capitalismo e suas formas de degradação humana e ambiental, com forte presença na internet.

na *web* e reivindicarem a liberdade neste território (liberdade de expressão, liberdade de uso dos dados, liberdade de navegação etc.).

Segundo Gabriella Coleman (2011, *on-line*, tradução nossa), qualquer pessoa que produza uma ação em favor da liberdade e se autodenomine um *Anonymous*, torna-se um *Anonymous*, já que não existe centralização ou qualquer tipo de hierarquia no grupo que possa preterir uma em relação a outra. Ações como essa, de acordo com a autora, tem dificultado estudos sistemáticos sobre suas ações.

Essa dificuldade se origina do fato de que *Anonymous* é, como o nome sugere, envolto em um certo grau de mistério deliberado. Eles se propõem a não terem líderes, não terem uma estrutura hierárquica, nem qualquer epicentro geográfico. Enquanto há formas de organização e lógica cultural que inegavelmente forma suas múltiplas expressões, *Anonymous* é um nome que qualquer indivíduo ou grupo pode usar como seu próprio. Nessa capacidade, *Anonymous* funciona como o que Marco Deseriis define como um nome impróprio: ‘A adoção do mesmo pseudônimo por coletivos organizados, grupos de afinidade, e autores individuais’ (*Ibid.*, tradução nossa).

Embora esse caráter “impróprio” acompanhe há tempos o grupo em sua defesa da liberdade na *web*, a máscara de Guy Fawkes (que funciona como um signo de identificação do grupo) veio somente em 2008, após o lançamento do filme “V de Vingança”, inspirada na *graphic novel* de Alan Moore, e que incentivava a população a grandes atos impessoais contra o governo, ou seja, ações que ultrapassavam a sua substancialização em ideologias ou bandeiras político-partidárias<sup>10</sup>.

No Brasil, os *Anonymous* tiveram atuação importante na divulgação de dados sigilosos de grandes empresas e organizações. O caso mais recente foi a divulgação de dados da empresa brasileira JBS – maior produtora de proteína animal do mundo –, empresa investigada por suspeita de corrupção.

Em geral, tanto os *Anonymous* quanto os *black blocs* são vistos de maneira negativa pela opinião pública brasileira. Os primeiros por atacarem um preceito fundamental do liberalismo, a propriedade privada da informação, mesmo que, em muitos casos, essas atividades se concentrem em órgãos associados à administração pública. Os segundos como responsáveis pela agressão de equipamentos públicos – fato muitas vezes

---

<sup>10</sup> A *graphic novel* conta a história de um personagem de identidade anônima que atende pelo nome de V. O cenário é uma Inglaterra fictícia que está sob um governo autoritário. O protagonista comete diversos atos com o intuito de derrubar esse governo. Para esconder a sua identidade, ele usa uma máscara semelhante àquela utilizada pelos *Anonymous* em suas aparições públicas na *web*.

rechaçados por eles já que esses danos são resultado do confronto com a polícia e não diretamente da ação objetiva do grupo –, ou pela forma como alguns deles protestam, danificando a fachada de bancos e outros grandes conglomerados econômicos como forma de se manifestarem contra o sistema capitalista.

Neste texto abordaremos apenas o significado da figuração política do anonimato que se apresenta na produção visual de ambos os grupos em suas respectivas páginas do *Facebook*. O anonimato, enquanto figuração política, é entendida aqui como manifestação genérica capaz de produzir múltiplas implicações. Essa manifestação, geralmente, dá-se pela percepção de um bem comum tornado visível ora pela sua expropriação (algo que, até então, não se percebia como comum, a exemplo do *DNA* antes de sua descoberta) ora, como defende Jacques Rancière, pela evidência de uma comunhão de formas/dados sensíveis, por exemplo, a indignação coletiva diante de uma imagem de sofrimento, de injustiça etc.

Aquilo que chamamos de imagem é um elemento num dispositivo que cria certo senso de realidade, certo senso comum. Um ‘senso comum’ é, acima de tudo, uma comunidade de dados sensíveis: coisas cuja visibilidade considera-se partilhável por todos, modos de percepção dessas coisas e significados também partilháveis que lhes são conferidos (RANCIÈRE, 2012, p. 99).

Segundo Marina Garcés (2011, *on-line*, tradução nossa), importantes rupturas sociais são precedidas de uma figuração anônima, impessoal. O anônimo, enquanto disposição comum dos sujeitos (seja individual ou coletivo), guarda a potência originária que será efetuada posteriormente de maneira diferenciada ou “pessoalizada”. “O rechaço, a afirmação da ruptura é, portanto, o descobrimento de que a força do comum é anônima e de que sua palavra é infinita. Esta palavra não pode possuir a si mesma. Está em permanente ruína”.

No caso de uma grande revolta contra o governo, é como se a indignação ou o rechaço ao poder instituído, que se substancializa em um grupo ou movimento (dando-lhe uma “pessoalidade”), fosse precedida por uma vocalização múltipla, heterogênea, indiferenciada (em uma palavra: anônima). À medida em que essas vocalizações se consubstanciam em identidades, elas perdem a sua condição de anonimato e a sua potência instituinte; ganham um rosto e, dessa maneira, uma razão, um nome, uma sigla,

um líder etc. É o começo de sua ruína. Para utilizar a metáfora de Deleuze e Guattari (1999), é quando a “máquina de guerra” se transforma em máquina ou aparelho de Estado.

### FIGURAS DO ANONIMATO

Nas imagens elaboradas pelos *black blocs* e pelos *Anonymous*, interessou-nos essa potência instituinte que precede a ação política, e que, posteriormente (e inevitavelmente), sucumbe na representação. A aporia de representar o irrepresentável – pois a vocalização é múltipla e indeterminada, além do fato de trabalharmos com grupos que já estão sob o ordenamento da linguagem (possuem já um nome, reconhecem-se por um código particular, expressam-se em imagens etc.) – impôs-nos uma série de desafios que procuramos resolver metodologicamente. Assim, nas imagens coletadas, buscamos destacar a figura do anônimo na política através das seguintes determinações: a presença de um elemento opositivo ao instituído; a presença de índices que, embora se materializassem em signos icônicos, remetiam a algo fora deles, mais precisamente, apontavam para uma reivindicação genérica. Essas imagens, portanto, não trazem algo como um anônimo puro ou uma essência daquilo que seria o anonimato na política, o que, em nosso entendimento, constitui algo impossível do ponto de vista lógico, já que a política, enquanto relação, é dinâmica, e o anonimato é irrepresentável (residindo aí justamente a sua força política).

No período entre junho de 2013 a dezembro de 2016, foram coletadas um total de 137 imagens nas páginas do *Facebook* do *black blocs São Paulo* e do *Anonymous Brasil*. A distribuição dessa totalidade foi a seguinte: 95 imagens do *black blocs São Paulo* e 42 imagens do *Anonymous Brasil*. Embora esses dois grupos possuam páginas nacionais e locais, optou-se pelas mais acessadas.

Após uma análise prévia desse material, elaboramos um *corpus* de pesquisa conforme segue: 27 imagens dos *black blocs São Paulo* e 14 imagens dos *Anonymous Brasil*. A diferença entre o número de imagens selecionadas nos dois grupos deve-se à necessidade de depuração do conteúdo e sua organização em categorias de análise capazes de identificar a presença de nosso objeto (figura do anonimato). Essa deliberação foi também determinada pelos princípios da análise de conteúdo que, segundo Roque

Moraes (1999, on-line), prevê 5 etapas fundamentais: 1) Constituição do *corpus* da pesquisa; 2) Transformação do conteúdo do *corpus* em unidade de análise; 3) Transformação dessa unidade em categorias; 4) Descrição do material coletado; 5) Interpretação.

Assim, nas etapas 2 e 3, após análise exaustiva das 137 imagens, optou-se por selecioná-las e organizá-las em grupos, a partir de temas predominantes. A ideia era que esses temas funcionassem como “unidades de significados” (MORAES, 1999, on-line) e, posteriormente, como categorias de análises, já que a passagem de uma etapa à outra pressupunha o agrupamento de “dados considerando a parte comum existente entre eles” (*Ibid.*). Na categorização, diz o autor, os dados devem ser organizados “por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo. Estes critérios podem ser semânticos, originando categorias temáticas” (*Ibid.*).

As categorias definidas no processo de construção do *corpus* da pesquisa foram as seguintes:

Sobre os *black blocs* São Paulo:

a) Anonimato:



Fig.1 (14/06/16)



Fig.2 (06/09/16)



Fig.3 (07/09/16)



Fig.4 (15/01/16)



Fig.5 (15/06/15)



Fig.6 (19/12/14)



Fig.7 (22/01/15)



Fig.8 (26/11/13)

b) *Mediatização:*



Fig.9 (21/12/14)



Fig.10 (17/02/15)



Fig.11 (01/12/13)



Fig. 12 (24/01/16)

c) *Contra a militarização ou a polícia militar:*

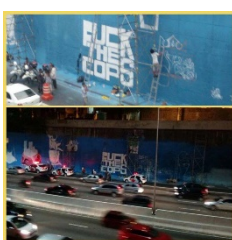


Fig.13 (06/04/15)

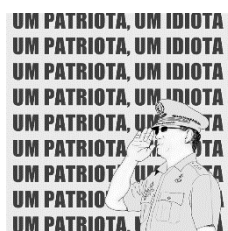


Fig.14 (12/06/15)



Fig.15 (11/12/13)



Fig.16 (23/11/13)



Fig.17 (25/12/14)



Fig.18 (23/12/14)



Fig.19 (13/01/15)



Fig.20 (01/09/16)

d) Contra o antipetismo:

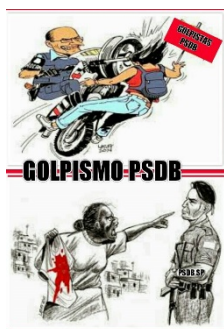


Fig. 21 (06/05/16)



Fig. 22 (10/12/15)



Fig. 23 (11/05/16)



Fig. 24 (12/04/16)



Fig. 25 (14/01/16)



Fig. 26 (25/12/14)



Fig. 27 (28/03/16)

Sobre os *Anonymous Brasil*

a) Anonimato:

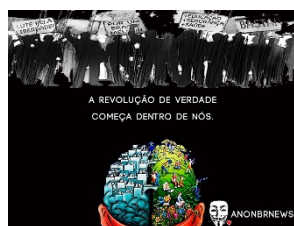


Fig. 28 (03/09/16)



Fig. 29 (14/04/16)



Fig. 30 (10/12/13)



Fig. 31 (23/06/16)



Fig. 32 (27/11/15)

b) *Mediatização:*



Fig. 33 (02/02/2014)



Fig. 34 (11/05/16)



Fig. 35 (22/04/14)



Fig. 36 (29/05/14)



Fig. 37 (23/05/14)

c) *Guy Fawkes:*



Fig. 38 (01/09/15)



Fig. 39 (11/09/13)



Fig. 40 (17/12/15)



Fig. 41 (18/06/14)



Embora cada imagem apresente problemáticas singulares, sobretudo contextuais, que permite uma leitura vertical (em profundidade), seguiremos o parâmetro metodológico da análise de conteúdo que implica uma leitura horizontal (de abrangência) do *corpus* selecionado, correlacionando as imagens de cada categoria ao elemento que a constitui.

Assim, em ambos os grupos foram encontrados dois traços comuns: as figuras do anonimato e a referência a personagens ou assuntos provenientes dos *medias*, em especial a televisão. Denominamos *mediatização* essa segunda categoria considerando o conceito formulado por Sodré (2007, p. 17): o “funcionamento articulado das tradicionais instituições sociais com a mídia [...] uma mutação sociocultural centrada no funcionamento atual das tecnologias da comunicação”.

A *mediatização* da política, questão que tem sido problematizada desde os primórdios da pesquisa em comunicação – pois coloca no centro do debate a importância dos *media* para o acesso e a conquista da opinião pública em importantes processos deliberativos –, aparece aqui através de montagens com signos de grande popularidade para chamar a atenção para as demandas de cada grupo: a crítica ao governo, no caso do *Anonymous Brasil* (aproveitando o embalo e os símbolos das Olimpíadas e da Copa do Mundo), e a expressão de uma indignação difusa (fig. 9, 11 e 12) ou anárquica (fig. 10), no caso dos *black blocs São Paulo*.

O uso de personagens que comumente despertam uma identificação no público, mediante uma articulação com a memória *mediática*, produz um efeito de sentido na montagem: ela recoloca a relação positivo e negativo, jogando os adeptos dos *black blocs São Paulo* para o lado positivo (Sininho, Bakunin, Bart Simpson e Batman), e as formas instituídas para o lado oposto, quais sejam, a ordem (fig. 9), Karl Marx (fig. 10) e a representação política (figs. 11 e 12). O mesmo acontece com os signos Olimpíadas e Copa do Mundo que são neutros em si mesmo, mas ganham uma valoração negativa pelos *Anonymous Brasil*. Nos dois casos, as imagens com o sentido reordenado se expandem na *web*, atualizando as forças em jogo (população x governo; instituinte x instituído), convocando o público para o lado da população e das forças instituintes.

Tal instituinte é transversal: não é Marx (fig. 10), não é do MPL (fig. 12), muito menos do governo (figs. 9, 11, 33, 34, 35, 36 e 37), mas atravessa o corpo social chamando-o a uma ação mobilizatória. Sua representação pode ser melhor definida pelos elementos que estão presentes na categoria anonimato, no gesto do encobrimento do rosto com um pano, uma máscara, de apagamento da identidade (figs. 1, 2, 3, 4, 6, 28, 29, 31, 32), nas estratégias de disposição dorsal do corpo (figs. 5, 7, 8, 30) ou propriamente na cor que ambos os grupos portam como representativos de si, a cor preta<sup>11</sup>. Enquanto cor-pigmento, o preto é a reunião de todas as cores de uma paleta dada a sua propriedade material de absorver a luz e não refletir nenhuma.

Em uma época em que ideologias políticas são representadas por cores, a cor preta destrói essa mecânica em função de sua capacidade de absorver absolutamente todas as demandas sociais sem deixar restos: não reflete, não rechaça, não exclui, mas põe novamente em jogo as forças originárias da política que a representação (coloração) paralisou, abrindo o mundo à indeterminação, devolvendo para a política o conflito e a capacidade humana de se reinventar.

A produção de um rosto, dizem Deleuze e Guattari (1999, p. 43), acontece pela articulação de dois eixos: o “muro branco” (o eixo da significância, que satura semanticamente tudo o que nele se inscreve) e o “buraco negro” (o eixo da subjetivação, que atrai as diferenças ao muro branco). Mas a cor preta é buraco negro sem muro branco, uma máquina de guerra contra a qual nenhum Estado pode suportar. Por isso, incansavelmente, cobram deles uma pauta, um programa ou uma razão de ser (isto é um rosto). Jogam contra eles um muro branco, a opinião pública, os *medias* e os agentes do governo (partidos políticos, sindicatos, universidades, movimentos sociais etc.)

Na categoria elaborada à produção visual dos *black blocs São Paulo*, “contra a militarização ou a polícia militar”, a montagem das figuras 17 e 18 tenta fugir do muro branco, buscando, através de recurso fotográfico (fig. 17) e figurativo (fig. 18), apagar o rosto para ampliar a identificação da cena em um público genérico. Mas o muro branco é suficientemente forte para conduzir essa subjetivação ao debate das classes sociais ou das

---

<sup>11</sup> Embora essa cor esteja mais presente nos *black blocs São Paulo* que nos *Anonymous Brasil*, consideramos a sua importância no segundo grupo, dada a sua presença constante em algumas figuras apresentadas (por exemplo nas vestimentas, no fundo que compõe o tema das imagens, no contraste com os objetos que compõe o tema).

diferenças étnicas, sexuais etc. A impessoalidade, o vetor que busca um ponto fora da dimensão representativa da política, termina aí. Não é de se surpreender que a versão brasileira dos *black blocs* esteja hoje associada a movimentos ou a partidos políticos que tomaram para si o direito de falar em nome das classes trabalhadoras e das minorias étnicas e sexuais.

Essa associação semântica pode ser observada nas figuras que compõe a categoria “contra o antipetismo”. Por essa expressão designamos uma posição externa tanto à militância petista (ao Partido dos Trabalhadores, PT), quanto aos partidos, grupos, instituições, comunidades etc. que são contra essa militância. A posição crítica em relação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), aos políticos dessa legenda (como Geraldo Alkmin), aos seus apoiadores (como jogador Ronaldo Nazário) e demais sujeitos antipetistas (chamados de “coxinhas”) não implica, necessariamente, em uma posição petista, daí a necessidade de formulação de uma categoria externa à essa polarização. Observa-se, por outro lado, que aqui não seria possível uma posição antipeessedebista, pois a crítica estende-se também aos coxinhas – partidários de outras legendas políticas, dentre eles alguns que apoiam a ação repressiva da polícia etc.–, quanto menos uma posição contra antipeessedebista. Mesmo que as figuras apresentem uma crítica à gestão governamental sem assumirem-se como petistas, não será assim que os *black blocs* ganharão visibilidade pública. Novamente aqui, fenômenos políticos são conduzidos ao espectro partidário que simplifica a sua natureza na esfera da representação.

Em linhas gerais, podemos dizer que é na categoria anonimato, presente tanto nos *black blocs São Paulo* quanto nos *Anonymous Brasil*, que se pode observar a singularidade e a potência política de ambos. Essa potência e singularidade, no entanto, começa a desmoronar na medida em que sucumbem ao muro branco. A máscara de Guy Fawkes, que traz a revolta contra o governo como narrativa mínima, foi a primeira vítima da máquina do Estado sendo interiorizada pelos mecanismos de apaziguamento da política que deram sequência àquele levante de 2013. Olhando em retrospectiva as figuras 38, 39, 40 e 41 temos a sensação de uma perda gradual daquele traço enigmático, hipnotizante, multitudinário que outrora conduzia o espectador a uma deriva do corpo e do sentido.

O mesmo se pode dizer do caminho tomado pelos *black blocs São Paulo* em suas ações enunciativas contra a polícia militar e os antipetistas. Compreende-se essa direção como forma inevitável de sua permanência, seja no ato subsequente de legitimar (e, portanto, tentar explicar) os propósitos de sua existência, seja de buscar pontos de sustentação na brecha que eles mesmos produziram no sistema político. Dois caminhos, todavia, que não evitam a sua dissolução, mas, do contrário (ou, por consequência), destrói a singularidade que o diferia enquanto evento político.

Se o caráter singular de ambos os grupos residia na capacidade de implicação genérica de suas ações, de abrir uma divisão no campo político entre o poder instituído e a força instituinte, entre governo e governados, ambos deixaram-se capturar por aquele poder. Essa talvez seja a grande aporia da política contemporânea: tentar politizar fora da representação representando.

## CONCLUSÃO

Neste breve texto buscamos problematizar o anonimato no *Facebook* enquanto figura política capaz de gerar uma zona de implicação genérica em um corpo social fragmentado. Ao organizar as imagens produzidas pelos *black blocs São Paulo* e *Anonymous Brasil*, a fim de verificar o problema do anonimato, foram identificados traços comuns relacionados direta ou indiretamente a esse problema. O processo de categorização teve, portanto, o objetivo de observar mais atentamente esses traços, os diferentes modos como o anonimato ganha presença, bem como a singularidade de cada grupo.

Na totalidade do *corpus*, observamos que as duas primeiras categorias (anonimato e *mediatização*) estão, em alguma medida, presentes nas demais, de modo que, se partíssemos para uma sistematização categorial, diríamos que todas as categorias subsequentes àquelas duas primeiras são, na verdade, subcategorias dessas.

Durante a fase de organização do material bibliográfico referente à descrição e sistematização dos *black blocs* e *Anonymous*, deparamo-nos tanto com a carência de textos sobre esses dois grupos quanto do tema do anonimato na política <sup>12</sup>. As

---

<sup>12</sup> Talvez um conceito que esteja próximo à ideia de anonimato na política seja o “impolítico” desenvolvido pelo filósofo italiano Roberto Esposito.

investigações mais elaboradas – a exemplo da obra de Dupuis-Déri (2014) – apresentam natureza histórico-descritiva e não visam compreender o grupo (no caso, os *black blocs*) em sua singularidade, isto é, destituído de uma tradição, mas como mais um grupo no interior da política tradicional. Daí a sua apresentação em uma linhagem anárquica, anticapitalista, com programas políticos e atividades condizentes. Acreditamos que estudos que partam da compreensão de ambos os grupos enquanto evento político, no horizonte de uma ação performativa, possa fornecer elementos importantes para o entendimento de nossa condição histórica, sobretudo da estrutura política que governa as ações dos grupos, seus limites, mas, acima de tudo, as possibilidades de mudança e superação.

Um ponto fundamental desse estudo diz respeito à descoberta das categorias “contra a militarização ou a polícia militar” e “contra o antipetismo” nos *black blocs São Paulo* e a ausência delas nos *Anonynimos Brasil*. Acreditamos que a reputação negativa dos *black blocs* no Brasil decorra dessa complexa reivindicação que, frequentemente, é simplificada em uma bipolaridade partidária chegando assim à opinião pública.

Nas condições históricas atuais, como observou Safatle (2016), a conquista da opinião pública é fundamental para a abertura dos grupos e, conseqüentemente, para a modificação da composição dos poderes constituídos.

Estas são manifestações brutas da indignação de quem se sente lesado e esquecido e calcula a partir do dano necessário a fazer para ser visto. Mas a política não é apenas exposição da indignação, embora isso também lhe seja próprio. Ela é, no seu sentido mais profundo, conquista da opinião pública, produção de aglutinações através da emergência de um sujeito dotado de imaginação política capaz de implicar qualquer um (*Ibid.*, pp. 21-22).

Creemos, por fim, que a possibilidade de uma nova política, de uma nova composição de forças, da insurgência de agentes efetivamente participativos, dependa de uma criatividade que vá além de uma política identitária que, no limite, leva a uma fragmentação. Uma criatividade que consiga reinventar um sujeito político atravessado por esse elemento comum ingovernável, que tem na destituição dos nomes a sua força constituinte.

## Referências

- ANTOUN, Henrique. **Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- BENEDITO, Joviana. **Dicionário da internet e do telemóvel**. Lisboa: Centro acadêmico/Inova, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- COLEMAN, E. Gabriella. **Anonymous: From the Lulz to Collective Action**. *The New Everyday*, 06 abr. 2011. Disponível em: <http://mediacommons.futureofthebook.org/tne/pieces/anonymous-lulz-collective-action>. Acesso em 12 jul. 2016.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. vol. 03. Trad. Aurélio Guerra Neto et alii. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.
- DUPUIS-DÉRI, Francis. **Black Blocs**. São Paulo: Veneta, 2014.
- GARCÉS, Marina. “La fuerza anonima del rechazo”. In: BLANCHOT, Maurice. **Escritos políticos**. 2010. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=121613>. Acesso em: 13 jul. 2017.
- GLOBO. Seattle, 1999: black blocs promovem destruição em protestos contra a OMC. **O Globo**, 09 de out., 2013. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/emdestaque/seattle-1999-black-blocs-promovem-destruicao-em-protestos-contr-a-omc-10310652#ixzz4me30xml5stest>. Acesso em 12 jul. 2017.
- MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em <[http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise\\_de\\_conteudo\\_moraes.html](http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html)>. Acesso em 10 fev. 2017.
- RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- SAFATLE, Vladimir. **Quando as ruas queimam: manifesto pela emergência**. São Paulo: N-1 edições, 2016.
- SODRÉ, Muniz. Sobre a *epistème* comunicacional. **Revista Matrizes**, São Paulo, Ano 01, v. 01, n. 01, p. 15-26, 2007.